

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Bernardo; COELHO, Frederico. O Afropolimatismo: cultura técnica africano-brasileira como ferramenta para a individuação. In: América: Revista de Estudos das Diásporas Africanas, 1ª edição, janeiro de 2024. Disponível em: <<https://independent.academia.edu/revistaamerica>>.

## **O Afropolimatismo: cultura técnica africano-brasileira como ferramenta para a individuação**

Bernardo Oliveira (UFRJ)

Frederico Coelho (PUC-Rio)

Se subordinarmos a ascensão e o destino da filosofia da tecnologia à violência inerente ao controle, há um grande risco de que as técnicas africanas sejam o grande impensado filosófico deste século nascente.

(Ndri Marcel Kouassi, “Modos de transmissão do conhecimento técnico na África”, 2008)

### **RESUMO**

A partir de conceitos egressos da filosofia de Gilbert Simondon, acerca das relações entre técnica e invenção, propomos neste artigo uma reflexão embrionária sobre o papel da cultura técnica africano-brasileira na formação do Brasil. O escravizado na história do Brasil e no pensamento brasileiro sempre correspondeu à mão de obra bruta e desqualificada, informação que se encontra em discrepância com uma série de registros, estudos e episódios da formação do país. O pensamento de Gilbert Simondon nos é útil pois, desconsiderando as tendências tecnofóbicas perceptíveis nas Ciências Humanas do século XX — influentes no pensamento brasileiro —, atenta para a realidade técnica na qual estamos imersos e se propõe a reverter a “alienação psico-fisiológica na era das máquinas”, isto é, a tendência a

desvincular a educação humanista das questões técnicas e, particularmente, daquilo que o pensador francês considera a "gênese dos objetos técnicos", isto é, o objeto técnico sendo definido pelo seu processo de engendramento. À "alienação psico-fisiológica na era das máquinas", soma-se a alienação da formação do Brasil: foram alguns dos escravizados (escravizados, escravos ao ganho, alforriados, libertos...) que, munidos de saberes milenares e de uma cultura mais profunda que a de seus capatazes, sustentaram, por séculos, a *cultura técnica* brasileira. Foram os polímatas escravizados que, ocupando a tarefa de carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, fundidores, moedores, tacheiros, caldeeiros, artistas, etc., exerceram o papel de organizadores permanentes de uma "sociedade dos objetos técnicos", que lavraram o campo e construíram as cidades, fomentaram a cultura, conservaram e aprimoraram formas de lutar, persistir, modificar e territorializar uma vida possível.

**Palavras-chave:** Técnica, Escravidão, Modernidade, Alienação, Invenção

## RESUMEN

A partir de conceptos derivados de la filosofía de Gilbert Simondon, sobre las relaciones entre técnica e invención, proponemos en este artículo una reflexión embrionaria sobre el papel de la cultura técnica afrobrasileña en la formación de Brasil. En la historia de Brasil y en el pensamiento brasileño, el esclavo siempre ha correspondido a la mano de obra bruta y no calificada, información que está en discrepancia con una serie de registros, estudios y episodios de la formación del país. El pensamiento de Gilbert Simondon nos es útil porque, al ignorar las tendencias tecnofóbicas perceptibles en las Ciencias Humanas del siglo XX, influyentes en el pensamiento brasileño, se centra en la realidad técnica en la que estamos inmersos y se propone revertir la "alienación psicofisiológica en la era de las máquinas", es decir, la tendencia a desvincular la educación humanista de las cuestiones técnicas y, particularmente, de lo que el pensador francés considera la "génesis de los objetos técnicos", es decir, el objeto técnico definido por su proceso de engendramiento. A la "alienación psicofisiológica en la era de las máquinas" se suma la alienación de la formación de Brasil: fueron algunos de los esclavizados (esclavizados, esclavos asalariados, manumisos, liberados...) que, provistos de conocimientos milenarios y de una cultura más profunda que la de sus capataces, sostuvieron, durante siglos, la cultura técnica brasileña. Fueron los polímatas esclavizados que, desempeñando tareas de carpinteros, herreros, albañiles, tejedores, fundidores, acuñadores, caldereros, artistas, etc., ejercieron el papel de organizadores permanentes de una "sociedad de objetos técnicos", que cultivaron la tierra y construyeron las ciudades, fomentaron la cultura, conservaron y mejoraron formas de luchar, persistir, modificar y territorializar una vida posible.

**Palabras clave:** Técnica, Esclavitud, Modernidad, Alienación, Invención

## 1. TÉCNICA E ALIENAÇÃO

Este estudo é animado pela intenção de suscitar uma tomada de consciência do sentido dos objetos técnicos. A cultura se constituiu como sistema de defesa contra as técnicas; ora, essa defesa se apresenta como uma defesa do homem, supondo que os objetos técnicos não contêm realidade humana. Nosso intuito foi mostrar que a cultura ignora, na realidade técnica, uma realidade humana, e que, para desempenhar plenamente seu papel, a cultura deve incorporar os seres técnicos enquanto conhecimento e valor. A tomada de consciência dos modos de existência dos objetos técnicos deve ser efetuada pelo pensamento filosófico, que deve cumprir aqui um dever análogo àquele que desempenhou na abolição da escravidão e na afirmação do valor da pessoa humana. (SIMONDON, 2008, p. 9)

A epígrafe acima é a transcrição do primeiro parágrafo do estudo *Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos* (1958), escrito pelo filósofo e psicólogo francês Gilbert Simondon. Primeiramente, Simondon chama a atenção para a realidade técnica na qual estamos imersos, nos conclamando para uma “tomada de consciência” capaz de reverter um processo de “alienação psico-fisiológica na era das máquinas” (BARTHÉLÉMY, 2009), isto é, a tendência a desvincular os processos educacionais de fundo humanista dos conhecimentos técnicos. Para Simondon, a gênese dos objetos técnicos, isto é, a forma como esse objeto se forma, se concretiza e se torna operacional, relaciona-se diretamente às formas do uso e, concomitantemente, com a capacidade de intervenção da atividade humana. Trata-se, portanto, de um processo que possui dinamismos próprios: quanto mais o objeto conserva uma “margem de indeterminação”, mais aberto se torna à intervenção humana e,

assim, maior “tecnicidade”<sup>1</sup>. Neste sentido, a alienação tem por característica distanciar o indivíduo humano da gênese dinâmica do objeto técnico, interditando a margem de indeterminação que possibilita a renovação da conexão entre os indivíduos com a realidade e a natureza.

No pensamento brasileiro, este diagnóstico desdobra-se em paralelo a outras formas de alienação e preconceito. É notório que com as políticas afirmativas as universidades públicas adquiriram uma outra fisionomia a partir do ingresso de populações negras e pardas, historicamente alijadas dos estabelecimentos de ensino superior, escancarando o abismo entre a pesquisa e a realidade social, política, cultural e, por que não, técnica do país. À “alienação psico-fisiológica na era das máquinas” soma-se a alienação da formação do Brasil: foram alguns dos escravizados que, munidos de saberes milenares e de uma cultura mais profunda que a de seus capatazes, sustentaram, por séculos, a *cultura técnica* brasileira, inclusive criando novas formas de utilização, explorando a “margem de indeterminação”, elaborando outras funções e elevando o grau de “tecnicidade” dos objetos técnicos disponíveis. Foram os escravizados que, ocupando a tarefa de carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, fundidores, moedeiros, tacheiros, caldeiros, exerceram o papel de organizadores permanentes de uma “sociedade dos objetos técnicos”, que lavraram o campo e construíram as cidades, fomentaram a cultura e

---

<sup>1</sup> “O verdadeiro aperfeiçoamento das máquinas, aquele do qual se pode dizer que eleva o grau de tecnicidade, corresponde não a um acréscimo de automatismo mas, pelo contrário, ao fato de que o funcionamento de uma máquina encerra uma certa margem de indeterminação. É essa margem que permite à máquina ser sensível a uma informação exterior. É devido a essa sensibilidade da máquina à informação que um equipamento técnico pode concretizar-se, bem melhor do que por um aumento do automatismo. Uma máquina totalmente automática, completamente fechada sobre si própria num funcionamento pré-determinado não poderia fornecer senão resultados reduzidos. A máquina dotada de alta tecnicidade é uma máquina aberta e o conjunto das máquinas abertas pressupõe o homem como organizador permanente, como intérprete vivo de umas máquinas em relação às outras.” (SIMONDON, 2008, p. 12)

estabeleceram formas de luta, resistência e invenção de formas de vida possíveis.<sup>2</sup>

Segundo Simondon, “a evolução de um ser técnico”, isto é, de um objeto técnico, permanece essencial nesse ser sob forma de tecnicidade”. Como evolui o objeto técnico? Simondon afirma: “o ser técnico evolui por convergência e por adaptação a si; ele se unifica interiormente segundo um princípio de ressonância interna.” Convergência e adaptação são os nomes que Simondon dá, portanto, para o tipo de resolução que é operada através do devir, da evolução de um ser técnico em seu modo de existência. Convergindo e se adaptando a contextos e situações que desafiam suas funções consolidadas, estruturando-se de formas variadas para operacionalizar funções diferentes.<sup>3</sup> A convergência das funções amplia a possibilidade de resolução

---

<sup>2</sup> “Longe de ser o vigia de um grupo de escravos, o homem é o organizador permanente de uma sociedade dos objetos técnicos que precisam dele como os músicos precisam do maestro. O maestro da orquestra só pode reger os músicos porque ele interpreta, como eles e tão intensamente quanto todos eles, a peça executada. Ele acalma ou apressa os músicos, mas é também acalmado e apressado por eles; de fato, através dele, a orquestra acalma e apressa cada músico. Ele é para cada um deles a forma movente e atual do grupo em sua existência presente; ele é o intérprete mútuo de todos com relação a todos. Assim, o homem tem por função ser o coordenador e o inventor permanente das máquinas que estão à sua volta. Ele está entre as máquinas que operam com ele.” (SIMONDON, Idem.)

<sup>3</sup> Por exemplo, acerca das relações entre os objetos técnicos e suas funções, Simondon usa como exemplo o funcionamento de um motor: “O objeto técnico obedece a uma gênese, mas é difícil definir a gênese de cada objeto técnico, pois a individualidade dos objetos técnicos se modifica no curso de sua gênese; só dificilmente podemos definir os objetos técnicos por seu pertencimento a uma espécie técnica; as espécies são fáceis de distinguir sumariamente, para o uso prático, enquanto aceitamos apreender o objeto técnico pelo fim prático ao qual ele responde; mas trata-se aqui de uma especificidade ilusória, pois nenhuma estrutura fixa corresponde a um uso definido. Um mesmo resultado pode ser obtido a partir de funcionamentos e de estruturas muito diferentes: um motor a vapor, um motor a gasolina, uma turbina, um motor a mola ou a peso são todos igualmente motores; no entanto, há mais analogia real entre um motor a mola e um arco ou uma besta do que entre esse mesmo motor e um motor a vapor; um relógio de pêndulo possui um motor análogo a um guincho, enquanto que um relógio elétrico é análogo a uma campainha ou a um vibrador. O uso reúne estruturas e funcionamentos heterogêneos sob gêneros e espécies que tiram sua significação da relação entre esse funcionamento e um outro funcionamento, aquele do ser humano na ação. Portanto, isso a que damos um nome único, como, por exemplo, aquele do motor, pode ser múltiplo no instante e pode variar no tempo mudando de individualidade. Um mesmo resultado pode ser obtido a partir de funcionamentos e de estruturas muito diferentes: um motor a vapor, um motor a gasolina, uma turbina, um motor a mola ou a peso são todos igualmente motores; no entanto, há mais analogia real entre um motor a mola e um arco ou uma besta do que entre esse mesmo motor e um motor a vapor; um relógio de pêndulo possui um motor análogo a um

dos problemas técnicos buscados na "divergência das direções funcionais" que se encontram "como um resíduo de abstração no objeto técnico". Um problema é sempre algo que aponta uma máxima incompatibilidade no sistema, incompatibilidade que se dá sempre entre o meio e o sujeito. Esta incompatibilidade entre o meio e o sujeito invoca uma resolução por disparação, termo que, segundo Muriel Combes, Simondon toma emprestado da psíquico-fisiologia para determinar o choque entre duas ordens de realidade, material e psíquica. Em última instância, Simondon reivindica a especificidade e a autonomia da cultura técnica em relação à ciência e à filosofia. Um objeto técnico possui uma individualidade que se define não por seu significado simbólico ou função prática, mas por sua estrutura interna e sua maleabilidade ante a intervenção humana e a resolução dos problemas.

Uma genealogia breve do pensamento historiográfico e sociológico brasileiro acerca das relações entre a formação do Brasil e a presença da cultura, da inteligência e da técnica africano-brasileira nos conduz por entre caminhos e descaminhos teóricos comprometidos pela ausência de informações e a mentalidade colonial, que predica reiteradamente um caráter precário ao elemento africano em terras brasileiras. O ecletismo se justifica pelo próprio objeto de estudo, seu fio condutor, a saber: a presença decisiva da tecnicidade, isto é, da inteligência técnica africano-brasileira, rastreada indisciplinadamente entre períodos históricos, regiões e migrações, caráter socioeconômico e tipos de técnicas empregadas. Nos interessa aqui abrir caminhos para que, no futuro, a mera perspectiva de uma "inteligência africana", de cunho técnico e científico, a intervir na produção de mundos, não seja uma hipótese tão distante e fantasmagórica. Procuraremos neste breve ensaio dar maior consistência a essa inteligência técnica, pois não há nada que impeça a abertura para uma tal hipótese, da qual a construção dos quilombos constitui como seu exemplo mais contundente, particularmente em Palmares.

---

guincho, enquanto que um relógio elétrico é análogo a uma campainha ou a um vibrador." (SIMONDON, 2008, p. 19)

Emerge, então, a questão da **experimentação e da invenção**, pois a tomada de consciência dos modos de existência dos objetos técnicos, requer uma *cultura técnica*, isto é, uma percepção ativa, concreta, física e fisiológica das relações entre a "margem de indeterminação" dos objetos técnicos e a intervenção da capacidade humana de invenção a partir da convergência. Uma alta tecnicidade corresponde a uma ampla margem de indeterminação, possibilitando que o meio se abra à informação externa e à convergência. Uma baixa tecnicidade, pelo contrário, restringe a margem de indeterminação, limitada por um meio fechado à informação externa, causa de divergência entre uso e objeto. A tomada de consciência dos modos de existência dos objetos técnicos requer uma cultura técnica renovada, isto é, uma percepção das relações entre a margem de indeterminação de suas potencialidades e a intervenção da capacidade humana de **invenção**, potência ontogenética capaz de gerar um ser "verdadeiramente inédito (...) por variação espontânea das formas existentes." O ato de inventar exprime a essência da tecnicidade. Inventar, do ponto de vista da técnica, corresponde à capacidade de resolver um problema, a invenção é uma atividade intelectual ligada à resolução de problemas.

O poder não cessou de conceber o corpo de africanos escravizados no Brasil como uma espécie de "objeto técnico". Afinal, não vivemos em uma sociedade em que diversas funções cotidianas e maquinicas fizeram desses corpos desumanizados e automatizados seus motores? Talvez a grande revolução nesse aspecto – ou a tomada de consciência, para ficarmos com o termo de Simondon – dos escravizados em território brasileiro tenha sido, justamente, transformar sua condição passiva de objeto desumanizado em direção ao espedço inventivo de produtor de objeto técnicos altamente integrados com suas práticas cotidianas de trabalho. É como se os dois agentes da teoria de Simondon — os objetos e a capacidade humana — fossem parte de um só sujeito, potência ontogenética em expansão. E quem inventa objetos e resolve problemas técnicos certamente consegue inventar novas formas de existência

coletiva, plástica, estética, novos métodos e novas pedagogias que, por séculos, ficaram obliteradas pelas leituras positivistas e cientificistas da sociedade brasileira. Compreendemos também que a “opção” de ignorar a realidade técnica dos objetos é privilégio de classe e de raça, já que aqueles que trabalham com as mãos ou tem seus próprios corpos como “objetos técnicos”, ou não podem se alienar das suas ferramentas cotidianas de trabalho. Ou seja, Simondon fala para uma sociedade “liberada” das mãos, a burguesa liberal moderna. Na sociedade do medievo tardio, da invenção do mundo material e capitalista antes da virtualização completa da mercadoria vendida — valorizavam os artesãos, os modos de fazer, as guildas e manufaturas medievais — como saberes técnicos passados de geração para geração. É contraditório pensar que a Europeu medieval, em seu período pré-industrialização, também tinha nas suas mãos a garantia do sustento e a constituição, inclusive, das forças políticas de organização dos trabalhadores das pequenas e médias cidades.

Para Simondon, a individuação de um ser técnico não corresponde à uma variação da substância (substancialismo) ou de uma mera adequação entre matéria e forma (hilemorfismo), mas a processos operacionais que possibilitam um “desequilíbrio dinâmico” pré-individual, propulsionando de forma transdutiva as diversas relações entre usos e saberes, contendo em si as potencialidades do vir-a-ser. O “ser negro” que Fanon descreve em *Pele negra, máscaras brancas*, caracterizado pela baixa resistência ontológica atribuída pelos filósofos europeus (FANON, 2008, p. 104) — de tal maneira que o indivíduo negro ocupa uma posição fora do conceito discursivo de Humano —, se revela como uma abertura para a exploração de outras formas de ser, de sentir e se relacionar ciência e coletividade. A própria noção de “individuação negra”, portanto, não se realiza como um retorno a um princípio, a um passado ou tradição, mas a partir da máxima incompatibilidade que força a própria capacidade de se reinventar, capacidade presente na cultura e no cotidiano do “ser negro”. Sua relação com a experimentação e a criação de novos



conhecimentos, para além de um problema epistemológico, possibilita o que Simondon preconiza como uma “reforma da cultura”.

## 2. TÉCNICA E ESCRAVIZAÇÃO

Na província de Minas, a fabricação do ferro tornou-se conhecida no começo deste século, através dos escravos africanos. (...) O ferro foi fabricado pela primeira vez em Antônio Pereira, por um escravo do Capitão-mor Antônio Alves, e também em Inficionado, por um escravo do Capitão Durães (o mesmo senhor que achara cobre nativo arenoso). Ambos disputavam a honra da prioridade. (ESCHWEGE, 1979, p. 603)

Deve-se principalmente aos negros a adoção das batelas de madeira, redondas e de pouco fundo, de dois a três palmos de diâmetro, que permitem a separação rápida do ouro da terra, quando o cascalho é bastante rico. A eles se devem, também, as chamadas canoas, nas quais se estende um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois em batelas. (ESCHWEGE, 1979, p. 251)

Uma primeira inflexão acerca dos saberes técnicos no Brasil, através da qual se pode perceber um movimento distinto, ocorre no escrito *Pluto Brasiliensis* (1833), assinado pelo geógrafo, arquiteto e metalurgista Wilhelm Ludwig von Eschwege, considerado o primeiro tratado científico sobre a mineração brasileira. Em *A Manilha e o Libambo*, Alberto da Costa e Silva elenca um amplo conjunto de técnicas dominadas pelas civilizações centro-africanas que foram sequestradas e trazidas para o Brasil, destacando suas habilidades: ora podiam ser “tecelões, tingidores, ceramistas e curtidores”, ora “artesãos, “mestres de pedraria e carpentaria”, arquitetos capazes de “de erguer moradias e fortificações que não reclamava reformas periódicas”, “técnicas africanas da fiação, da tecelagem e da tintura”. Já o historiador John Russell-Wood nota que, além da mineração, que não era dominada pelos portugueses, escravizados traziam consigo a herança de uma civilização altamente organizada por mediações técnicas:

A Coroa recusava-se a enviar mineiros especializados da Hungria ou da Saxônia, receando que seu conhecimento das riquezas minerais do Brasil pudesse ser colocado ao serviço de potências hostis. Mas os escravos da Costa da Mina eram oriundos de regiões onde a extração de ouro e a metalurgia se encontravam muito desenvolvidas. Nos estados do Akan, o pó de ouro era a moeda interna e a exploração mineira em poços, bem como a lavagem aluvial, eram banais. Outros escravos vinham de regiões de extração e de fundição do ferro. Na Cidade do Benim, os ferreiros e fundidores de bronze eram altamente sofisticados, tendo um excelente conhecimento dos metais constituintes na fundição do bronze e do latão. Como resultado, os escravos africanos eram os detentores de conhecimentos tecnológicos muito apreciados, o que era uma bênção mas também uma desgraça (como se demonstra por suas qualidades provadas na adulteração do ouro, misturando o pó com enchimentos de prata, cobre e ferro). (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 296)

Outros contatos no século XV revelaram que os povos subsaarianos — notadamente em Senegâmbia, Benim e Congo - atendiam, sim, aos critérios de “civilização”: tinham governantes, hierarquias sociais e organizações; cortes, estados, cidades e vilas estabelecidas; leis, ordem e estabilidade nas relações pessoais; hábitos alimentares sofisticados; grupos linguísticos complexos; habilidades técnicas conforme demonstrado nas atividades de tecelagem e escultura em marfim; estratégias de pesca e armas de ferro; e o que poderia ser chamado de ética do trabalho. (RUSSELL-WOOD, 2014, p. 60)

Mais tarde, mais um capítulo dessa história surgiria em *Considerações Econômicas sobre a Escravatura* (1836), redigido por Francisco de Salles Torres Homem, médico, jornalista, escritor brasileiro pioneiro na atuação anti-escravista no processo abolicionista. Neste texto, redigido mais de 50 anos antes da Abolição, Torres Homem toma a direção contrária das tendências liberais que constituíram o pensamento brasileiro na primeira metade do XIX, que a essa altura, se valia dos valores liberais para legitimar a manutenção da empresa escravista. A escravidão, para ele, é analisada sob um duplo ponto de vista: de um lado, a escravidão interdita o surgimento das máquinas, interdita a própria tecnicidade e a evolução técnica; como consequência, a escravidão prejudica o desenvolvimento. Para construir sua argumentação, Torres Homem recorre a uma comparação entre a Modernidade e a Antiguidade.

A mecânica prática dos antigos consistia essencialmente em um espantoso consumo de homens empregados como força muscular. Uma vez que o homem tem a sua discricção grande quantidade de outros homens a título de escravos, a necessidade de economizar tempo, e forças jamais se lhe apresenta. É esta a razão, porque o uso das máquinas foi desconhecido de toda a antiguidade, e por que em alguns países modernos a escravatura é insuperável empeço à introdução dessas engenhosas, e brilhantes filhas da civilização, que tão eficaz assistência prestam ao homem, enriquecendo-o de uma potência, que ele em vão procuraria nos seus órgãos físicos, ou que só poderia provir de numeroso concurso de forças humanas. (TORRES HOMEM, 2014)

A máquina, como um artifício que aumenta e incrementa a força humana, se torna impossível em virtude do modelo de produção escravista. Vale aqui lembrar o impacto de proibições coloniais como o Alvara de 1785, assinado pela Rainha Dona Maira I, proibindo o funcionamento de qualquer tear ou manufatura na colônia em detrimento da manutenção do trabalho escravizado braçal em lavouras e nas minas. A incompetência do escravizado é ressaltada mesmo ao redor de belas ideias abolicionistas:

Em resumo, a escravatura após de si arrasta os seguintes inconvenientes: 1o a inércia das classes livres; 2o a dificuldade da imigração dos colonos europeus, que de modo algum se querem expor a concorrer com escravos; 3o a impossibilidade do uso das máquinas; 4o o estado de pobreza da nação, pela limitada produção, pela imperfeição dos produtos, resultado da indolência e incapacidade do escravo; 5o a lentidão da marcha da população. (TORRES HOMEM, 2014)

O raciocínio de Torres Homem, porém, ganhava reforço no mesmo ano, nas palavras de Henrique Jorge Rebelo, para quem o Brasil devia “mandar vir machinas para supprir a carencia de braços que soffre.” (APUD Freyre, *Sobrados e Mucambos*, p. 679). Persiste a ausência de qualquer consideração mais consequente acerca dos conhecimentos técnicos africano-brasileiros é flagrante. A relação entre a manutenção do braço escravizado e o atraso tecnológico pela ausência de máquinas que ampliariam a eficiência produtiva das plantações e demais atividades comerciais é central no capítulo “Trabalho

e aventura” de *Raízes do Brasil*. Como Torres Homem, Sérgio Buarque faz comparações entre as monoculturas latifundiárias de colonos americanos e brasileiros, ressaltando que qualquer tentativa de uso mais racional dos solos – e a conseqüente sistematização de métodos e técnicas maquinicas dos trabalhadores escravizados nas plantações — era infundada. Para o historiador, o “amor ao ganho fácil” e a rotina nômade de mudar de lugar após o esgotamento produtivo das terras impedia a especialização e estimulava cada vez mais a precariedade descartável dos corpos substituídos pelo fluxo do comércio atlântico. (HOLANDA, 1995, p.58). Assim, a manutenção do trabalho escravizado puramente bruto — radicalmente esvaziado de qualquer dimensão cognitiva, inventiva ou técnica — sempre é posta como motivo — ou esteio — do atraso técnico. Um paradoxo, já que é o escravizado, na sua lida cotidiana com os problemas e desafios da terra que precisa “resolver problemas”, seja para diminuir seu sacrifício, seja para otimizar sua produção.

Pouco mais de um século depois, podemos acessar um diagnóstico semelhante na obra de Álvaro Vieira Pinto, para quem a cultura técnica do escravizado representa ora o elemento do atraso, ora de uma neutralidade suscetível aos desmandos das elites rurais:

A situação de preponderância da tecnologia de expansão quantitativa era, contudo, contraditória, porque ao aumentar a força de trabalho escravo subjugada com o propósito de melhorar a técnica, a saber, dar-lhe maior rendimento, o dominador engenhava e mantinha um freio que exatamente iria impedir por longos séculos a expansão da técnica produtiva mais favorável e rendosa, a de natureza qualitativa. (PINTO, 2005, p. 261).

Pinto escreve ainda em *Sete lições sobre a educação de adultos* que

[...] a pedagogia nasce no tempo da escravidão antiga, onde o escravo era o educador que tinha que ser educado com o próprio ato de tratar as crianças que lhe eram confiadas. Atualmente, de uma certa maneira, isso tem que ser feito, pelo educador, mas com uma consciência científica. (PINTO, 1989, p. 23)

Quase dois séculos depois, em seu trabalho intitulado *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*, o pesquisador Luiz Antonio Cunha mantém o diagnóstico: restringe sua pesquisa a uma dimensão sociológica, submetendo a atividade técnica africano-brasileira ao cotejo com informações e pontos de vista hegemônicos. A ausência dos “homens livres” nos meios técnicos, por exemplo, correspondendo necessariamente a uma precarização do trabalho técnico; ou a técnica relacionada geralmente ao desempenho, o elemento africano-brasileiro subentendido como neutro, insuficiente ou desprovido de efetividade ou talento. Sua tese parte do ponto de vista de que:

Embora saibamos que houve trabalho livre desde o início da colonização, assim como a escravatura persistiu de fato, ainda que não de direito, depois de 1888, cumpre destacar que a sanção jurídico-política operou como um importante elemento de reforço das representações sociais que depreciavam o trabalho manual. Considerada coisa própria de escravo, a atividade artesanal e a manufatureira acabavam abandonadas pelos trabalhadores brancos e livres, de modo que elas iam inexoravelmente para as mãos dos africanos e seus descendentes.

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo. Ou seja: homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social. (CUNHA, 2000, p. 82)

Aqui mora uma ferida. Afastava os trabalhadores livres não por inapetência técnica, mas porque eram os escravizados que faziam e já traziam a pecha de trabalhadores manuais. O problema girava em torno da mácula social que representava o trabalho manual, independente se fosse ou não técnico. Fidalgo não trabalha. E se trabalha, é porque precisava viver do seu corpo, como um escravizado. A marca social prevalece. Em *Verdade Seduzida*, Muniz Sodré faz dois comentários acerca desta questão. No primeiro, destaca que a divisão

entre escravizados boçais, isto é, os que resistem à integração ao sistema colonial e à aculturação branco-portuguesa; e os ladinos, os que se alfabetizam, os “africanos integrados”. É possível se perguntar se os escravizados com ofícios, trazidos das nações africanas, estavam se integrando ou não à ideologia vigente, mesmo que como um “desvio”, uma “estratégia”, ou se eram os que resistiam, não dividam seus saberes e, por isso, passavam por atrasados, preguiçosos etc. Citamos novamente Buarque:

Embora a lei não tivesse cogitado em estabelecer qualquer hierarquia entre as diferentes espécies de trabalho manual, não se pode negar que existiam discriminações consagradas pelos costumes, e que uma intolerância maior prevaleceu constantemente com relação aos ofícios de mais baixa reputação social”. (HOLANDA, 2002, p.58)

Apesar da pesquisa densa acerca de um tema tão pouco estudado no contexto da educação e da pedagogia — qual seja, o ensino profissional em contextos de formação e aprendizados voltados para o ensino técnico, artesanato, manufatura e indústria — não há resquício em seu trabalho da perícia, da influência ou da singularidade da cultura técnica norte-africana, centro-africana, moura ou afro-brasileira. O traço sintomático das três abordagens corresponde ao diagnóstico, muitas vezes decepcionado, de que a mão de obra escravizada resultava necessariamente em baixa eficácia no manejo técnico, interferindo negativamente tanto na significação social do trabalho manual quanto na própria dinâmica da produção — além de estar alijada de tudo aquilo que envolve os termos ciência e ‘científico’. Como contrapartida para este pensamento, que nega a historicidade da técnica africana, Vieira Pinto percebeu a tomada de consciência por parte dos povos colonizados quando começam a compreender a lógica de funcionamento da tecnologia dominante.

Ao *denegrimento* dos ofícios técnicos manuais, reputados como ofício de escravos, tanto Torres Homem, quanto Cunha e Viera Pinto, abstiveram-se de

avançar na evidência de uma continuidade técnica entre a África do Norte e Central e as colônias da América, como eventualmente se pode ler na obra de Freyre:

escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda. (FREYRE, 1998, p. 390)

Para o antropólogo brasileiro, a técnica é um dos elementos históricos determinantes para atestar a superioridade cultural das populações centro-africanas, seja de origem sudanesa ou banta, que povoaram o país.<sup>4</sup> Através da introdução de técnicas de mineração refinadas, do trabalho com metais e os instrumentos de ferreiros, com a criação de gado e a técnica de agricultura e culinária, o Brasil, segundo Freyre, “enriqueceu-se e refinou-se com a contribuição africana.” Em *Sobrados e mucambos*, há indícios de um conjunto de técnicas de construção e uma arquitetura tecnicamente adaptável às condições, de tal forma que teria sido “a palhoça indígena influenciada depois pelo mucambo de origem africana.” E prossegue, conectando a capacidade técnica com as necessidades políticas, aludindo às técnicas

---

<sup>4</sup> Muniz Sodré acerca do modelo histórico desenvolvido por Freyre e a noção do elemento escravizado negro como “tempero do caráter nacional”: Da janela da sua Casa Grande, ele deixa de perceber que a instituição da Senzala não é uma forma negra. O que ele vê? Tudo o que o seduz enquanto poeta-sociólogo da classe social dos senhores de escravos: a culinária, os contos, o cruzamento interétnico, os cafunés, as danças, as maldades e bondades dos senhores, os ‘sincretismos’ religiosos, as tristezas e alegrias dos negros. Freyre vê conteúdos de pensamentos negros, matérias-primas para um produto nacional (sendo brancas as regras de produção) tropicalizado. Membro privilegiado de um meio social que ainda hoje aceita e faz circular no Nordeste brasileiro paradigmas racistas, o autor de Casa Grande e Senzala marcou sua posição erudita, afirmando mais ou menos algo de diferente: o negro foi importantíssimo como tempero do caráter nacional (no que não deixa de levar vantagem sobre a sociologia paulista pós-Donald Pierson, que só viu no escravo a figura do pobre coitado e indefeso.” (SODRÉ, p.168-69)

arquitetônicas a possibilidade de instituição de uma “cidade parassocialista” chamada Palmares:

O sistema socialista de vida, organizado pelos ex-escravos em Palmares, pôde resistir à economia patriarcal e escravocrática, então em toda a sua glória. Viu-se uma cidade de mucambos de palha erguerse sozinha, do meio do mato, contra as casas-grandes e os sobrados de pedra e cal de todo o norte do Brasil. E só dificilmente as casas-grandes, os sobrados e o governo colonial conseguiram esmagar a cidade de mucambos. [...] Foi a primeira cidade a levantar-se contra o engenho – essa cidade parassocialista de negros; do mesmo modo que foi em sua técnica de exploração da terra um esboço de policultura em contraste com a monocultura predominante nos latifúndios dos senhores brancos. (FREYRE, 2006, p.148-149)

Mais tarde, essas características são aprofundadas na especificidade técnica:

Pode-se mesmo associar principalmente ao africano, sobretudo ao mucambeiro, ao quilombola, ao negro de Palmares, ao escravo fugido para os matos, o uso da palha de coqueiro, depois tão utilizada na construção da palhoça rural, de praia e mesmo de cidade, no Norte, quanto em larga zona da mesma região, as palmas de carnaúba. (FREYRE, 2006, p. 298)

Comentando o estudo *O quilombo dos Palmares* de Edison Carneiro, Freyre destaca que:

os aquilombados conseguiram retirar do solo e da mata regionais o necessário para seu sustento, fabricando com madeiras, fibras, barro, não só casas, potes, vasilhas, como vassouras, esteiras, chapéus, cestas, abanos e fazendo da diamba ou maconha ou “fumo da Angola” seu substituto do tabaco. Fumavam o “fumo da Angola” em cachimbos feitos com cocos de palmeira. Pelas informações reunidas por esse e por outros pesquisadores do assunto, vê-se que os negros organizados em “república” em Palmares conseguiram ser saudavelmente ecológicos ao mesmo tempo que cooperativistas ou parassocialistas nos seus estilos de vida e na sua técnica de produção. (FREYRE, 2006, p. 172)

Aqui é possível perceber a mistura das técnicas africano-brasileiras com as práticas dos indígenas da região. Imaginemos as “trocas tecnológicas” que hoje



resultaram na cultura ribeirinha e quilombola, em que afrodiáspora e cosmologias indígenas convivem na mesma comunidade de saberes. Com a palavra, o próprio Carneiro dá conta de uma pluralidade de habilidades técnicas particulares que fomentaram e territorializaram o Quilombo de Palmares, o “contra-engenho” encetando uma “contracultura”:

Os negros fugiam na calada da noite, embrenhando-se no mato, mas, com o tempo, desciam novamente para as "cabeceiras" dos povoados, a fim de induzir outros escravos a acompanhá-los e raptar negras e moleques para os Palmares. Em breve, o movimento de fuga era geral. A invasão holandesa afrouxara a disciplina de ferro da escravidão e, por toda parte, do sertão de Pernambuco, da costa de Alagoas, do interior de Sergipe e da Bahia, novas colunas de negros fugidos chegavam para engrossar a população do quilombo. Os que vinham da lavoura plantavam canaviais, roças de milho, pacovais. Os que vinham das cidades, e conheciam ofícios mecânicos, se instalavam com tendas de ferreiro. Outros empenhavam-se na caça, na pesca, na criação de galinhas, na fabricação de cestos, chapéus, abanos, potes e vasilhas. (CARNEIRO, p. 29)

Das matas, os negros retiravam o seu sustento. Dos cachos da palmeira pindoba, que contém côcos do tamanho de um ôvo de ganso, os palmarinos podiam retirar azeite, trabalhando a polpa e a amêndoa; nos frutos e no palmito, encontravam "farto e substancioso alimento"; dos côcos faziam uma espécie de manteiga "muito clara e branca" e certa espécie de vinho; e no Diário da expedição Blaer-Reijmbach há referência a "uns vermes da grossura dum dedo", que se geravam no tronco das palmeiras, que os negros comiam.

Nas matas os negros encontravam todos os elementos necessários à sua vida. Das plumas das palmeiras, de três metros de comprimento, fabricavam coberturas para as suas choupanas, faziam chapéus, esteiras, vassouras, cestos, abanos... Com a imbiriba, faziam imbiras. O canzenze, uma leguminosa de fácil ignição, mesmo quando verde, era usada principalmente como pau de fachear. Podiam utilizar-se também da pininga, cujo miolo, enterrado mesmo em lugares úmidos, "dura mais de cem anos", para a fabricação das suas casas. Com a entrecasca das árvores, os negros faziam as suas vestimentas rudimentares, pelo que contavam os holandeses. Provavelmente essa vestimenta era muito sumária, cobrindo apenas os órgãos genitais. Quando a delegação de palmarinos foi prestar vassalagem ao governador Pedro de Almeida, em 1678, os negros traziam "cobertas as partes naturais, como costumam, uns com panos, outros com peles", de acordo com um documento da época.

Com a argila dos cômoros e das colinas modelavam potes e vasilhas.

Da fauna e da flora dos Palmares, portanto, os negros retiravam grande parte do seu sustento, azeite, luz, a sua vestimenta, os materiais com que construíam as suas choças e as cercas de pau a pique com que se fizeram famosos na guerra.

E, nos momentos de tristeza, de banzo, de saudade da África, os negros tinham ali à mão a liamba, de cuja inflorescência retiravam a maconha, que pitavam por um cachimbo de barro montado sobre um longo canudo de taquari atravessando uma cabaça de água onde o fumo se esfriava. (Os holandeses diziam que êsses cachimbos eram feitos com os côcos das palmeiras). Era o fumo de Angola, a planta que dava sonhos maravilhosos. (CARNEIRO, p. 47-48)

É possível detectar na descrição de Carneiro o domínio da lavoura e das matas, que convertiam nos mais diversos utensílios, ferramentas e substâncias; dos ofícios técnicos e da confecção de uma diversidade de objetos; dendrólatras, retinham e desenvolviam um conhecimento específico acerca das plantas e das árvores; os conhecimentos políticos demonstram suficiência ante o grau de organização obtido por Palmares. Desse rol de técnicas e saberes, não se excluem os conhecimentos psíquicos, psicológicos, cosmológicos. Resta saber se essa superioridade e seus pormenores são devidamente retratados no conjunto da historiografia e do pensamento brasileiros; se, de fato, essa superioridade técnica veio integralmente trazida da África, ou se se misturou a outros aportes; se os escravizados seriam não só portadores de uma cultura técnica que os indivíduos de origem ibérica não dominavam, como também continuadores sistemáticos ou assistemáticos de saberes contraídos por transmissão ou obrigação. Um encaminhamento para essas perguntas reivindica uma espécie de retorno estratégico à técnica africana e seus modos de criação e transmissão.

### **3. CONTINUADORES ASSISTEMÁTICOS OU INVENTORES?**

Ocorre que entre a escravização e a abolição da escravatura, a atividade técnica do escravizado não se restringiu ao mimetismo das técnicas impostas

ou herdadas. Os escravizados não se limitaram a serem continuadores sistemáticos ou assistemáticos das técnicas oriundas da metrópole. Segundo o pesquisador costa-marfinense N'dri Marcel Kouassi, o sentido de uma historicidade acumulada pode nos chamar a atenção para os modos de transmissão do saber técnico em continente africano e de como eles integram um movimento de retenção psíquica decisiva para a individuação técnica na diáspora. Para Kouassi, a questão da formação e da educação se torna evidente pois se a invenção, mesmo original, de um indivíduo não é transmitida pelo meio social, não é técnica. O caráter de transmissibilidade deve ser percebido como uma realidade imanente à individuação técnica e sua adoção social. Como escreve Kouassi:

Não há sociedade, por mais primitiva que seja, sem uma herança técnica. Cada grupo humano tem sua própria 'maneira de fazer' ou 'saber fazer'. A técnica é a atividade mais antiga e básica de todos os grupos humanos. Na base de qualquer civilização, parece indispensável e vital. [...] Este saber-fazer, específico das sociedades africanas, desenvolve-se e perpetua-se, ao longo das gerações, graças a um uso muito extraordinário da memória e da fala. Se subordinarmos a ascensão e o destino da filosofia da tecnologia à violência inerente ao controle, há um grande risco de que as técnicas africanas sejam o grande impensado filosófico deste século nascente. A existência de uma herança técnica africana tornou-se muito problemática por causa da onipresença de tecnologias ocidentais que atravessam a aldeia global e globalizada. Além disso, as ideologias organizadoras das piores formas de imperialismo, em particular o tráfico de escravos e a colonização, criaram um complexo de inferioridade tão profundo entre nós colonizados que nos contentamos em orientar a filosofia da técnica na perspectiva de continuadores sistemáticos. As técnicas, dentro do continente colonial, exigem que sejamos "continuadores assistemáticos". (KOUASSI, 2008)

Há, portanto, uma continuidade histórica entre a ancestralidade técnica africana e sua atualização assistemática no processo colonial que nos permite pensar em termos de relações assimétricas entre backgrounds culturais. Opressão, submissão e negociação da mão de obra não foram capazes de apagar tanto a ancestralidade técnica, quanto a imposição da técnica colonial, educacional e industrial. Há também a abertura para um campo de estudos capaz de vincular

a ancestralidade técnica com o devir do objeto técnico manejado pelo escravizado, pelos ex-escravizados e livres no sentido da adaptação e da convergência. Herdeiros de uma cultura técnica milenar e diversa, o escravizado era portador de um grau de habilidade que se pode observar na própria construção das técnicas de trabalho, resistência e invenção, capazes de territorializar uma coletividade em posição de resistência. As construções materiais e os meios de sobrevivência técnicos que embasaram a continuidade entre o desterro e a reterritorialização do escravizado — por exemplo, nos quilombos e, mais tarde, na arquitetura espontânea das favelas — indicam a evidência de um vasto e inexplorado campo de estudos circunscrevendo a cultura técnica afro-brasileira.

A título de formulação de uma hipótese, Kouassi observa que, nas sociedades centro-africanas, “há um 'isomorfismo' entre sacralidade e tecnicidade”. Para o autor, “a técnica, no contexto africano, é um modo de divulgação produtiva que obedece aos seguintes objetivos gerais:

- a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, vitais, de todos os membros da comunidade, tanto que a solidariedade se erige em uma obrigação social e moral.
- Proteger as pessoas e bens da comunidade.
- A educação e moralização da juventude.
- As técnicas de iniciação provavelmente ensinam as crianças a se tornarem adultos. (KOUASSI, 2008)

Para Kouassi, enfim, “a tecnologia é, afinal, o elemento integrador, unificador e regulador das sociedades africanas.” Vale acompanhá-lo algumas linhas mais:

Ao nos referirmos às “fontes egípcias da ciência universal (ou técnica), entendemos que “na antiguidade, o conhecimento universal (ou know-how) fluía do Vale do Nilo para o resto do mundo, e em particular para a Europa, que servirá como um elo intermediário. Com efeito, o berço da humanidade contém um vasto conjunto de técnicas correspondentes às diferentes

atividades humanas: a atividade técnica primitiva é a do homem da coleta, do caçador tradicional ou do trabalhador braçal, que sabe usar seu corpo ou que sabe moldá-lo para adequá-lo a certas práticas. As ferramentas aparecem nas sociedades primitivas para superar a hostilidade natural. Pedras lapidadas ou polidas, as flechas já são objetos técnicos: são ferramentas adaptadas à morfologia do organismo humano. [...] Os esforços para uma melhor partilha das terras férteis ao longo do Nilo deram origem à planimetria, enquanto a construção das pirâmides lembrava o surgimento de uma técnica arquitetônica evoluída. Nas sociedades tradicionais, organizadas em estruturas geracionais, a distribuição dos deveres gera a ideia de profissão: os caçadores e guerreiros tradicionais praticam técnicas que foram concebidas há muito tempo e transmitidas às gerações sucessivas. O mesmo vale para as técnicas de cultivo. A era dos metais inspirou técnicas no campo agrícola onde coexistem o técnico e o sagrado. Essa convivência influenciou as religiões romanas. Como as sociedades africanas primitivas, encontramos que mesmo “na religião romana arcaica, arar, colher e semear são tão sagrados quanto técnicos. [...] O mundo dos ferreiros não escapa a essa exigência de tecnicidade imposta pela forma singular das sociedades africanas primitivas de se posicionarem neste mundo, diante da livre expansão das coisas, dos seres. A metalurgia faz do ferreiro um ser especial, [...] e um herói civilizador. Até hoje, os ferreiros do norte da Costa do Marfim usaram seu know-how para fornecer à sua comunidade enxadas essenciais para o trabalho no campo.” (KOUASSI, 2008)

A densidade deste relato pode indicar a possibilidade de que, em primeiro lugar, o escravo tenha se recusado a trabalhar ou precarizado seu trabalho por desgosto ou como protesto contra o sequestro e o regime de violência, movimento que teria escapado ao olhar atento de Vieira Pinto e Cunha; e, em segundo lugar, que seus eventuais conhecimentos ancestrais tenham auxiliado a aumentar a tecnicidade da atividade técnica brasileira, muitas vezes expressa em "currículos e atividades ocultas", como as variegadas técnicas de construção das cidades, a relação direta com as máquinas termodinâmicas, elétricas e eletrônicas, etc. Se a herança mnemônica não justifica por si só a busca por essas continuidades, por essa influência das técnicas construídas em continente africano e propagadas em um processo que se pode chamar de "civilizatório", isto não nos impede de perceber essas continuidades como dimensões do currículo oculto, do impensado, do inaudito, do silenciado. Afora

todas as questões que envolvem educação, formação e individuação negra, se oferecem, em uma país que resiste em seu apreço pela escravização, como um problema para a educação. Afinal, se não eram indivíduos dotados de autonomia existencial, por que fariam da técnica herdada ou inventada uma contribuição para uma sociedade que os negava a possibilidade de usufruir das suas capacidades produtivas? Mesmo assim, se não podiam participar do campo econômico como empreendedores de suas próprias criações e ofícios, a inventividade das populações escravizadas foi amplamente praticada naqueles campos em que a criação de novos objetos e saberes pudesse ser dividida com sua própria comunidade. No âmbito das práticas estéticas e dos ritos comunitários envolvendo a voz, os instrumentos musicais e organização política de seus pares através de associações culturais, todo potencial de criação técnica dessas populações é praticado.

#### **4. O AFROPOLIMATISMO BRASILEIRO**

Em um artigo intitulado “Ganhar a vida. Uma história do barbeiro africano Antônio José Dutra e sua família”, a historiadora Silvana Jeha faz um levantamento dos anúncios de escravos que circulam na primeira metade do XIX na cidade do Rio de Janeiro. O ofício de barbeiro-cirurgião, ou barbeiro sangrador, era no século XIX uma profissão em que prevalecia negros, libertos ou escravos, e mulatos. Essa profissão exigia uma série de habilidades, já que além do de cortar e pentear cabelos, os profissionais ainda trabalhavam como cirurgiões, dentistas, sangradores e músicos, tocando violino ou clarinete para seus clientes. Nas palavras de José Ramos Tinhorão, o Choro carioca teria surgido no contexto socioeconômico escravista, com aberturas trazidas por novas tipologias urbanas como os “escravos ao ganho” e os alforriados. A “música de barbeiros” que emerge das pesquisas de Tinhorão era protagonizada em sua maioria por barbeiros-sangradores. O artigo de Silva

Jeha aprofunda a descrição tipológica do escravizado ou do liberto que a Fiscatura-Mor do Rio de Janeiro admitia como “barbeiro-sangrador”:

Os barbeiros sangradores músicos na América portuguesa e no Império do Brasil, desde pelo menos o século XVIII, eram em sua maioria negros: escravos, libertos e livres; africanos e crioulos. Praticantes de uma tradição europeia medieval, com contornos ibéricos e depois locais, estes profissionais – mistos de terapeutas populares, esteticistas, músicos e alfaiates – marcavam presença nos navios negreiros, fazendas, em pequenas cidades e sobretudo nas grandes cidades, tanto em suas lojas como no atendimento que faziam nas ruas, hospitais e residências. (JEHA, 2017, p. 3)

No mesmo artigo, essas construções tipológicas são adensadas por uma notável diversidade de características. Os jornais da época, coletados e transcritos no artigo, dão conta de indivíduos munidos de saberes técnicos tão diversos como aprofundados.

Em Diário do Rio de Janeiro, 26/7/1825: “Vende-se um preto roceiro entendido das plantações do país, assim como fazer farinha, entende de horta em vara, embolsa e cobre casas de palha, enxerta, faz carvão fino, barbeia e sangra, isso à moda de sua terra.”

Diário do Rio de Janeiro, 13/10/1841: “Vende-se (...) um elegante preto de 20 a 22 anos, ótimo dentista, sangrador, bom barbeiro, pajem, entende de boleia e toca rabeca.”

Diário do Rio de Janeiro, 2/8/1843: “Oferece-se um homem barbeiro, sangrador e dentista, bastante carinhoso para tratar de doentes por ter praticado em hospitais, o qual não duvida ir para fora da corte, ou mesmo para alguma loja ou casa particular. (JEHA, 2017, p. 10)

O artigo nos mostra todo um universo de conhecimentos técnicos entre indivíduos negros, escravizados e libertos, que teria passado despercebido por Torres Homem, Vieira Pinto e Cunha, assim como de boa parte do pensamento brasileiro. É possível até determinar que haveria entre nós, circulando por entre as ruas do Rio de Janeiro, mas também no interior do estado, uma espécie singular de polimatismo africano-brasileiro que foi central

na formulação prática e ideológica de uma modernidade possível. Tudo o que se costuma atribuir ao avanço das ideias modernas, inclusive daquilo que essas ideias acarretam termos de modos de produção e formas e vida, parece encontrar ressonâncias nas formas de organização e produção concreta das quais os escravizados foram os principais artífices.

O pensamento brasileiro foi capaz de atribuir às populações escravizadas uma espécie de infância da humanidade, sempre caracterizadas pelo atraso, pela ineficácia, pela improdutividade e por tudo aquilo que simboliza as dificuldades do país em ingressar na era moderna. Ao que parece, foi a escravização, e não o próprio escravo, o elemento do atraso — e, sob esse ponto de vista, Torres Homem foi pioneiro. O polimatismo africano-brasileiro se afigura, portanto, como uma possibilidade exegetica capaz de revirar o subsolo psíquico do conjunto complexo que delinea a historiografia e o pensamento brasileiros em geral. Antes de prefigurar o símbolo da impotência e da incapacidade técnica e científica, novos estudos parecem conduzir as interpretações para confirmar a hipótese de que os escravizados seriam mais do que “continuadores assistemáticos”. Antes, o desterritorializado parece atualizar algo retido por uma memória especial, uma mnemotécnica ativa que se relaciona diretamente com os modos de transmissão dos saberes em África. Em suas práticas os modos de transmissão e a aptidão para transformação das técnicas e superioridade cultural e, particularmente, a superioridade técnica do elemento africano preconizada por Freyre.

No livro *Negro na Rua: a nova face da escravidão*, Marilene Rosa Nogueira da Silva ressalta a importância do “escravo ao ganho” na economia geral da urbanização carioca. O “escravo ao ganho” — uma tipologia particular, em suma, o escravo “de aluguel”, o escravo “autônomo”, responsável por prover o seu próprio sustento e retornar ao proprietário “parte do rendimento de sua jornada.” (p. 87) Segundo a autora, muito se escreveu a respeito do escravo no plano da economia rural, mas poucos encararam as particularidades da propagação do elemento africano-brasileiros em todas as esferas de uma



cidade que marcha rumo às necessidades da especialização e a correlata transfiguração da vida urbana. A pouca atenção dada ao escravo e ao “escravo ao ganho” no processo de aceleração da urbanização carioca corresponde a manutenção de um preconceito, qual seja, o de que o escravo seria “um trabalhador irresponsável, boçal e incapaz de executar tarefas mais complexas.” (p. 33) Historicamente, as cidades que concentravam maior população africano-brasileira, além do Rio de Janeiro, eram Pernambuco, Maranhão e Bahia, todas conservando a mesma mão de obra, “o negro lavrador, minerador, doméstico, boiadeiro.” (p. 53) Segundo Thomaz Nelson APUD Marilene da Silva, “O negro não só é o trabalhador dos campos, mas também o mecânico; não só racha a lenha e vai buscar a água, mas também com habilidade de suas mãos contribui para fabricar os luxos da vida civilizada.” (p. 51).

Que habilidades são essas? “Não se pode falar do escravo de ganho como um grupo homogêneo”, afirma Silva. (p. 121) Em sua maioria, os escravos ao ganho desempenhavam funções de “carregadores, estivadores do porto, remadores e vendedores”, mas não excluía atividades mais complexas e especializadas, tais como barbeiros, cirurgiões, dentistas e artistas, categoria que adquire centralidade conforme o Rio “civiliza-se”. Neste processo, entre o Quilombo e as irmandades, entre a escravização e a alforria, entre ser escravo doméstico e escravo ao ganho, as populações africano-brasileiras construíram uma vida.

Como isso foi possível? Em *O espaço dividido*, Milton Santos ressalta a criatividade do “circuito inferior”: nada se cria, tudo se transforma. Transformar a matéria requer uma capacidade de utilização criativa dos objetos técnicos.

O circuito inferior também poderia ser bem definido segundo a fórmula de Lavoisier: “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma.” O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água ou em vasos de flores etc. Isso ocorre também com as roupas que passam do pai para o filho, do irmão mais velho para o irmão mais novo, se já não foi comprada de segunda mão; na

construção das casas aproveitam-se todos os tipos de materiais abandonados ou vendidos a baixo preço. Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperações e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos. A idade média tão elevada dos veículos talvez seja o exemplo mais surpreendente dessa miraculosa capacidade de recuperação que é uma das maiores características das economias pobres, em oposição ao desperdício das economias ricas e modernas. (Milton Santos, "O Espaço Dividido", p. 199)

## **5. TÉCNICA E INDIVIDUAÇÃO NEGRA**

A reapropriação da noção de “individuação” à luz das conquistas da física, da biologia e da psicologia, ocupa o centro das reflexões de Simondon. Em uma concepção tradicional, a individuação é remetida sempre a um princípio teórico, que supostamente contém o indivíduo já pronto e constituído, e em relação a qual todas as fases seguintes pagam tributo. Ao contrário, para Simondon, a individuação é dinâmica, simultânea ao ser individuado e ao princípio teórico. Por este motivo, se pode afirmar que “o indivíduo não é somente resultado, porém meio de individuação”, indicando que o ser individuado contém em si o germe de seu próprio devir. Para Simondon, a individuação não corresponde à uma variação da substância (substancialismo) ou de uma mera adequação entre matéria e forma (hilemorfismo), mas a processos operacionais que possibilitam um “desequilíbrio dinâmico” pré-individual, propulsionando de forma transdutiva as diversas relações entre os saberes e os usos, contendo em si as potencialidades do devir.

O “ser-negro” preconizado por Frantz Fanon representa uma situação de máxima incompatibilidade quando situado no campo da educação. Os currículos etnocentros, o ambiente atravessado ora pela hostilidade, ora por uma visão assistencialista. Para Fanon, este mesmo ser-negro constitui o eixo de sua anti-ontologia essencialmente crítica e criadora —, em resposta à baixa densidade ontológica atribuída pelos filósofos europeus ao ser negro:

— "o indivíduo negro ocupa uma posição fora do conceito discursivo de Humano";

— "Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica".

Esta incompatibilidade, no entanto, se revela uma oportunidade para a exploração de outras formas de ser, de sentir e se relacionar ciência e coletividade:

Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos. O homem não é apenas possibilidade de recomeço, de negação. Se é verdade que a consciência é atividade transcendental, devemos saber também que essa transcendência é assolada pelo problema do amor e da compreensão. O homem é um SIM vibrando com as harmonias cósmicas. Desenraizado, disperso, confuso, condenado a ver se dissolverem, uma após as outras, as verdades que elaborou, é obrigado a deixar de projetar no mundo uma antinomia que lhe é inerente. (FANON, 2008, p. 26)

Para Simondon, o que possibilita a eclosão do ser individuado é a existência da percepção de um sistema metaestável, estrutura pré-individual repleta de singularidades, mas em relação a qual a individuação representa uma espécie de “disparação” entre duas ordens de grandeza que não se comunicam. Essa disparação é essencialmente criadora. Justamente porque a realidade não pode ser compreendida como estrutura radicular, mas rizomática, é que a individuação diferencia a coisa individuada de seu plano de sua condição pré-individual. Há, portanto, uma série de relações estruturais nos sistemas metaestáveis (pré-individual); a disparação de potenciais diferenciais na individuação, e as “relações de relações” que estão pressupostos nas dinâmicas transindividuais. A própria “individuação negra”, portanto, é incompatível com um retorno ou remissão a um modelo de subjetividade, a um passado ou tradição, que opera o horizonte de expectativas de um

estabelecimento de ensino. Se não que a individuação negra se relaciona mais à invenção positiva de uma individuação porvir. Não necessariamente um recomeço, uma negação ou uma antinomia, mas um SIM, uma autocriação, um ser apto a transformar-se a si mesmo e ao ambiente que o cerca.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

BARTHÉLÉMY, Jean-Hugues. “Penser l'école avec Gilbert Simondon”. Publicado em 31 de março de 2009. Arquivado em 10 de abril de 2021 no Wayback Machine (em francês).

CARNEIRO, Edison. O quilombo dos Palmares. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto. A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: UNESP, Brasília. 2000.

ESCHWEGE, W. L. v. Pluto Brasiliensis. Vol. 1. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_. Pluto Brasiliensis. Vol. 2. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979a.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILHO, Luiz Viana. O negro na Bahia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

JEHA, Silvana. “Ganhar a vida. Uma história do barbeiro africano Antonio José Dutra e sua família. Rio de Janeiro, século XIX.” Revista de História 176, 2017, p. 01-35.

KOUASSI, N. M (2008), “Les modes de transmission du savoir technique en Afrique”, Revue Ivoirienne de Philosophie et de Culture, LE KORE, N° 40, p. 45-60. Tradução: Bernardo Oliveira.

LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo: Brasiliense. 1988.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia Vol. I.. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. Sete Lições sobre a Educação de Adultos. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. Ed. Revista e Ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RUSSELL-WOOD, John. Histórias do Atlântico português. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na rua: a nova face da escravidão. Front Cover. Marilene Rosa Nogueira da Silva. Editora Hucitec, 1988.

SIMONDON, Gilbert. A individuação à luz das noções de forma e de informação. São Paulo: Editora 34, 2020.

\_\_\_\_\_. Du mode d’existence des objets techniques. Paris: Aubier, 2008.

SOUZA, Marcos André Torres de. Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. In: AGOSTINI, Camila. *Objetos da Escravidão: Abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

TORRES HOMEM, Francisco de Salles. Considerações Econômicas sobre a Escravatura. Niterói, *Revista Brasiliense. Ciências, Letras, e Artes*, Paris, 1836 Tomo primeiro, nº1, p. 35-82. Texto transcrito pelo acadêmico Eder Deivid da Silva, do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. In.: *Translusofonias - Revista de Estudos Comparativistas Lusófonos da UTFPR*.

VIANA, L. C. A., BRUSADIN, L. B., & Brusadin, L. S. P. (2022). Inteligência africana presente nas estruturas remanescentes da mineração setecentista de Ouro Preto (MG): uma interface entre história, patrimônio e turismo. *Labor E Engenho*, 16(00), e022018.